

JE

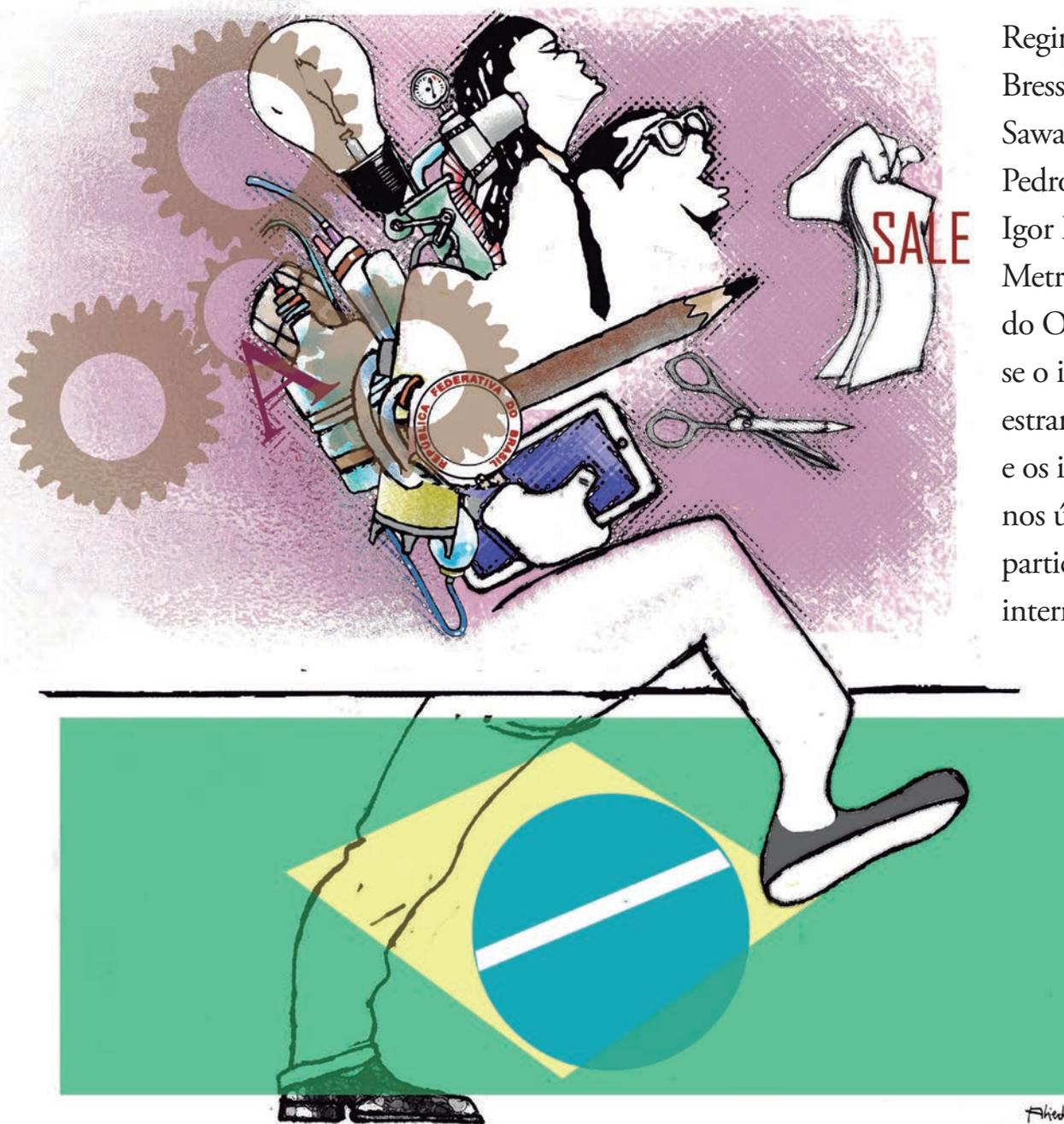
Jornal dos Economistas

Nº 343 Março de 2018

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Capital estrangeiro no Brasil

Regina Camargos, Bresser-Pereira, Rubens Sawaya, Rogerio Studart, Pedro Henrique Campos, Igor Fuser, Paulo Metri e o Fórum Popular do Orçamento discutem se o investimento estrangeiro é positivo e os impactos do aumento nos últimos anos da participação do capital internacional no Brasil.



Capital estrangeiro no Brasil

Afinal, o investimento estrangeiro é bom ou ruim para o nosso país? A edição de março dedica-se a responder esta questão de fundo e analisar o aumento nos últimos anos da participação do capital estrangeiro no Brasil.

O bloco temático começa com uma análise do setor financeiro. Regina Camargos, do Dieese, avalia que a abertura do setor a partir de 1995 não cumpriu os objetivos de redução dos juros e *spreads* pelo aumento da concorrência e crédito. Os bancos estrangeiros se adequaram ao *modus operandi* no Brasil de operações de tesouraria e rentismo improdutivo.

O ex-ministro Bresser-Pereira acredita que a preocupação de um país em desenvolvimento não deve ser os investimentos das multinacionais. O problema é a política de crescimento com endividamento externo através da qual o país financia o déficit em conta-corrente com empréstimos.

Rubens Sawaya, da PUCSP, aponta que as corporações transnacionais ocupam o coração das cadeias de valor no país. Entregar-se à lógica do “mercado” é se subordinar à estratégia das corporações aliadas aos Estados em que têm seus centros de controle e que as protegem.

Rogério Studart, da Universidade de Boston, considera que o investimento estrangeiro direto (IED) é um instrumento de desenvolvimento, quando o país tem uma estratégia de longo prazo, investe no seu capital humano e físico e oferece às empresas nacionais parcerias com investidores internacionais. Mas não é quando o IED serve só para resolver problemas de balanço de pagamentos ou conjunturais.

Pedro Henrique Campos, da UFRRJ, traça um histórico do capital estrangeiro no setor de infraestrutura brasileiro. Após a predominância das empreiteiras nacionais nas últimas décadas, os estrangeiros voltaram com a Lava Jato. Os principais lesados pela crise e desnacionalização são os trabalhadores.

Igor Fuser, da UFABC, destaca que o retrocesso nas exigências de conteúdo local impede o país de impulsionar sua indústria naval. A mudança atendeu aos fornecedores estrangeiros.

Paulo Metri, do Clube de Engenharia, compara a atuação da Petrobras e de empresas estrangeiras no pré-sal. A opção pela Petrobras maximiza os empregos, o desenvolvimento de fornecedores locais e tecnologia própria e a segurança ambiental e operacional.

O artigo do FPO analisou a receita dos royalties do petróleo no Estado do Rio e sua aplicação de 2012 a 2017. A crise na Petrobras e a prevalência de estrangeiras na exploração do pré-sal reduziram os efeitos multiplicadores na economia.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Capital estrangeiro | 3 |
| <i>Regina Coeli Moreira Camargos</i> | |
| A participação do capital estrangeiro no setor financeiro brasileiro | |
| Capital estrangeiro | 4 |
| <i>Luiz Carlos Bresser-Pereira</i> | |
| Nada contra as empresas multinacionais | |
| Capital estrangeiro | 6 |
| <i>Rubens R. Sawaya</i> | |
| Capital Estrangeiro no Brasil: poder e controle sobre a riqueza | |
| Capital estrangeiro | 8 |
| <i>Rogério Studart</i> | |
| IED e a atual agenda econômica | |
| Capital estrangeiro | 10 |
| <i>Pedro Henrique Pedreira Campos</i> | |
| Capital estrangeiro no setor brasileiro de infraestrutura: história e situação atual | |
| Capital estrangeiro | 12 |
| <i>Igor Fuser</i> | |
| Adeus, conteúdo local | |
| Capital estrangeiro | 13 |
| <i>Paulo Metri</i> | |
| Petrolíferas estrangeiras ou a Petrobras na exploração do pré-sal? | |
| Fórum Popular do Orçamento | 14 |
| Bendito petróleo? | |
| Agenda de cursos..... | 16 |
| Balanco patrimonial | |

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbo-

sa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Regina Coeli Moreira Camargos*

De acordo com CARVALHO E VIDOTTO (2007), a abertura do setor financeiro brasileiro ocorreu a partir de 1995, quase meia década após a abertura comercial realizada no Governo Collor. Os gestores da política econômica do primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso alegavam que o aumento da participação dos bancos estrangeiros no setor financeiro ampliaria a concorrência, propiciaria a redução das tarifas cobradas dos clientes, aumentaria a solidez e a eficiência do setor bancário por meio da capitalização e modernização técnica das instituições, ampliaria a oferta de crédito e atenuaria as dificuldades do setor externo da economia brasileira¹.

Em 1988, a participação estrangeira nos ativos totais do setor financeiro era de 9,6%, caindo para 7,2% no ano de implementação do Plano Real (1994). Em 2000, essa participação chegou a 33,1%. Para CARVALHO E VIDOTTO (2007), “a expansão do capital estrangeiro (na segunda metade dos anos 90) está relacionada ao declínio da participação dos bancos públicos²”, no contexto dos programas de privatização, liquidação e “saneamento” de instituições financeiras públicas estaduais, entre elas, Banespa, Banestado, Banerj e Bemge.

Entretanto, na visão desses autores, ainda que a participação dos bancos estrangeiros na oferta total de crédito tenha se elevado de 6,6% em 1993 para 26,4% em 2005, tal fato “não promoveu melhora na relação entre a oferta global de crédito e o nível do PIB³” no mesmo período, a qual passou de 29% em 1993 para 31,2% em 2005. Além disso, afirmam, “a abertura e o ingresso de grandes bancos estrangeiros no mercado brasileiro não aumentou a oferta de crédito nem reduziu os *spreads* bancários e os custos para os tomadores⁴”.

Na verdade, executivos de grandes bancos estrangeiros declararam em entrevistas concedidas aos referidos autores que a principal razão para a entrada de suas instituições no mercado financeiro brasileiro era a disputa pelo varejo bancário com a perspectiva de aumento expressivo da “população bancarizada”, em virtude da estabilização da econo-

A participação do capital estrangeiro no setor financeiro brasileiro

mia após o Plano Real. Em seguida, apontavam a realização de atividades típicas de banco de investimento (mercado de capitais, apoio a fusões e incorporações de empresas, engenharias financeiras, privatização, comércio exterior) e, finalmente, a disputa de mercado pela diferenciação de produtos, prestação de serviços mais eficientes e compra de participações acionárias em outros bancos e empresas. Segundo CARVALHO E VIDOTTO (2007), “foram raras as referências a concorrência por preços ou por ampliação do acesso ao crédito⁵”. Em suma, concluem os autores, “o capital privado estrangeiro procurou de fato explorar o mercado bancário brasileiro sob as condições preexistentes, sem alterá-las⁶”, dada a fortíssima concentração do capital no setor financeiro do país.

Segundo dados recentes do Banco Central, os bancos estrangeiros respondem por 14% dos ativos totais e 31% do saldo das operações de crédito do setor financeiro do país. Em termos da participação no crédito, a situação atual é um pouco melhor que a de 2005 e mesmo assim em virtude de que, desde então, houve uma vigorosa expansão do volume de operações de crédito no país para o conjunto das instituições financeiras.

A tabela abaixo mostra a evolução da participação no saldo das operações de crédito por controle de capital, no período de setembro de 2010 a setembro de 2017.

Nos anos em que a economia brasileira mais cresceu – 2010 e 2011

–, a participação dos bancos estrangeiros no total do crédito ofertado à sociedade chegou ao patamar de 40%, quase igual à dos bancos públicos. Na medida em que a economia desacelerou, a participação caiu até chegar ao patamar atual de 31%. Portanto, a atuação dos bancos estrangeiros, assim como dos bancos privados nacionais é pró-cíclica, isto é, flutua estreitamente relacionada ao comportamento mais geral da economia. A atuação dos bancos públicos, ao contrário, é geralmente anticíclica, ainda que possa variar de intensidade em virtude da orientação da política macroeconômica.

O debate sobre a atuação de bancos estrangeiros em economias emergentes, como a brasileira, suscita um polêmico debate teórico. De acordo com OLIVEIRA, SCHIOZER E LEÃO (2014), “parte da literatura argumenta que a presença de bancos estrangeiros em países emergentes aumenta seu desenvolvimento financeiro, relacionando-se, portanto, à taxa futura de crescimento econômico (Levine, 1996; Mishkin, 2006; Goldberg, 2009). Contrariamente, outra parte da literatura destaca que a presença de bancos estrangeiros pode prejudicar o crescimento macroeconômico ao desestabilizar o sistema financeiro (Stiglitz, 2005; Rodrik & Subramanian, 2009)⁷”.

No caso brasileiro, a atuação dos bancos estrangeiros não pode ser enquadrada em nenhum dos dois extremos descritos pela teoria econômica, pois, se de um lado, não há indícios de

que tenham contribuído de forma expressiva para o crescimento econômico do país, por outro, não se tornaram veículos importantes de transmissão de crises internacionais para a economia brasileira, dada a rigorosa regulação realizada pelo Banco Central e a (ainda) baixa exposição dos bancos que atuam no Brasil a operações mais arriscadas, como derivativos. Na verdade, a atuação desses bancos pouco os diferencia dos grandes bancos privados, em virtude de elevadíssima concentração bancária no país e do astronômico “prêmio” que recebem por aplicarem em títulos da dívida pública indexados à Taxa Selic.

Em suma, a atuação dos bancos estrangeiros no país, desde o Plano Real, não cumpriu os objetivos alardeados pelas autoridades econômicas e monetárias, quais sejam, redução das taxas de juros e *spreads* por meio do aumento da concorrência e aumento substancial da relação crédito/PIB. Eles se adequaram perfeitamente ao *modus operandi* do sistema financeiro nacional, baseado em operações de tesouraria e no rentismo improdutivo.

* É economista do Dieese e assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro da Central Única dos Trabalhadores (Contraf-CUT)

1 CARVALHO, Carlos Eduardo; VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. In: Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Vol.17 no.3 Belo Horizonte Sept./Dec. 2007. Capturado em 02/02/2018 em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000300002

2 Idem

3 Idem

4 Idem

5 Idem

6 Idem

7 OLIVEIRA, Raquel de Freitas; RAFAEL, Felipe Schiozer; LEÃO, Sérgio. A atuação de bancos estrangeiros no Brasil: mercados de crédito e derivativos de 2005 a 2011. RAM, REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA MACKENZIE, 15(2), 162-198. SÃO PAULO, SP, MAR.-ABR. 2014. Capturado em 02/02/2018 em <http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n2/v15n2a07.pdf>



Nada contra as empresas multinacionais

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

Nos anos 1950, aos 20 anos de idade, eu descobri o desenvolvimento econômico brasileiro, a estratégia nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, seu apoio em um pacto político no qual os empresários desempenhavam papel central e o nacionalismo econômico – a ideologia necessária para a industrialização. E aprendi também quem era o adversário: era o imperialismo dos países ricos, que usavam o liberalismo – a lei das vantagens comparativas do comércio internacional – para nos persuadir/pressionar a não nos industrializarmos.

Nesse aprendizado, o imperialismo se fazia presente com o “capital estrangeiro” aplicado na mineração, nos serviços públicos monopolistas e no comércio atacadista de commodities. E a solução nacionalista para o problema era limitar a entrada desses capitais e impor restrições à remessa de lucros.

Passaram-se os anos. O capital estrangeiro ganhou um nome – empresas multinacionais – e estas passaram a investir na indústria. As empresas multinacionais estavam simplesmente procurando contornar a barreira que os países em desenvolvimento levantaram contra a importação de bens manufaturados, mas este fato aparentemente contradizia a tese nacionalista que os países ricos tinham como política dificultar a industrialização dos países periféricos.

“Aparentemente”, porque a

presença das empresas multinacionais industriais não mudava a posição das elites econômicas e políticas dos países centrais, que continuavam a desprezar os países periféricos, que, a seu ver, seriam incapazes de se desenvolver por conta própria. Ao invés de se industrializar, eles deviam se deixar orientar por seus conselhos e manter as economias primário-exportadoras.

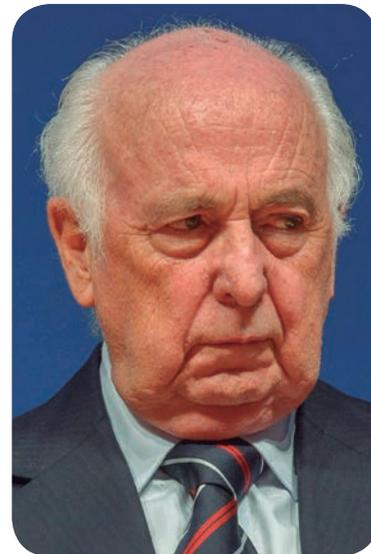
O fato objetivo, porém, era que as empresas multinacionais estavam participando da industrialização brasileira, e este fato deu origem à teoria da dependência “associada”, supostamente marxista, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969), mas que concluiu que as empresas multinacionais eram “necessárias” para o desenvolvimento econômico, porque “resolviam” o problema da falta de poupança interna e a falta de dólares.

Dessa maneira, não obstante o nacionalismo econômico e o desenvolvimentismo clássico terem sido uma ideologia e uma estratégia de desenvolvimento muito bem-sucedidas, tendo desempenhado um papel decisivo em orientar e em desencadear a revolução industrial e capitalista brasileira, desde os anos 1970, liberais e a esquerda “associada” se uniram contra o nacional-desenvolvimentismo. E isto acabou também acontecendo com o regime militar. Depois do primeiro choque do petróleo, o governo Geisel (1974-1978) decidiu adotar a política de crescimento com endividamento externo, ou seja, com déficits em

conta corrente financiados por investimentos diretos e empréstimos. Esta política levou o país à grande crise da dívida externa dos anos 1980, que, associada a uma alta inflação inercial decorrente da prévia indexação da economia brasileira, deu início ao processo de quase estagnação que dura até hoje.

Em 1980 houve a grande virada neoliberal nos países ricos. Dez anos depois, em 1990, o Brasil, fragilizado pela crise financeira e pela alta inflação, abandonou sua estratégia desenvolvimentista e se submeteu a um regime de política econômica liberal – dominante desde então no Brasil. A partir daí o Brasil deixou de contar com um projeto nacional de desenvolvimento, adotou as reformas impostas pelos países ricos, passou a ter um regime de política econômica liberal, e sua economia continuou a apresentar um crescimento muito baixo, não obstante a alta inflação tenha sido dominada em 1994.

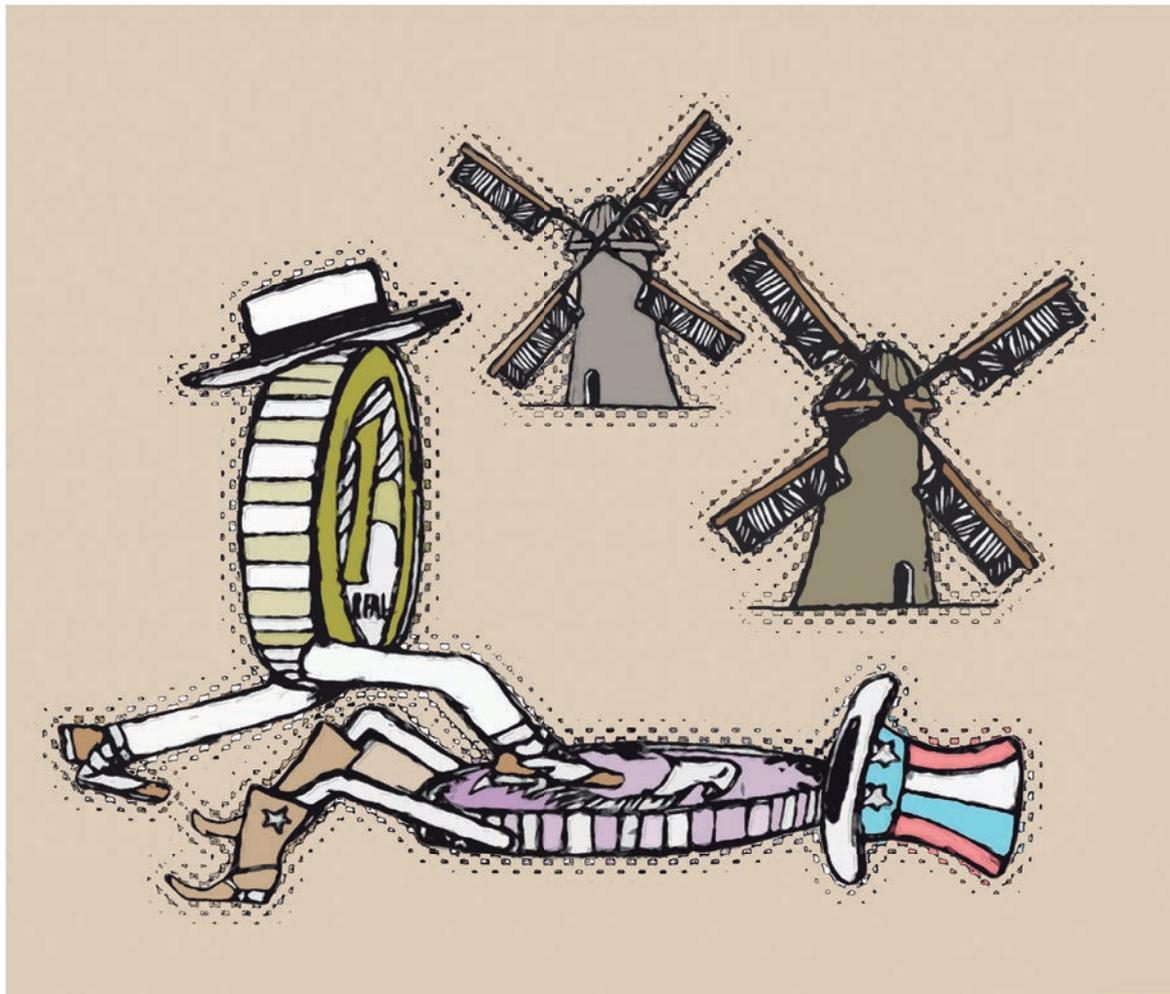
Em todo esse processo histórico, ficou clara a fragilidade do argumento nacionalista e desenvolvimentista clássico contra as multinacionais e contra o imperialismo. Sua crítica contra a pressão do Norte para que o Brasil adotasse as reformas neoliberais era correta, mas exagerada: algumas dessas reformas interessavam ao Brasil. Já sua crítica às empresas multinacionais estava fora do lugar. Não eram elas que estavam impedindo a retomada do desenvolvimento, mas uma política econômica que, re-



almente, não interessava ao Brasil e sim aos países ricos.

O nome dessa política é “crescimento com poupança externa”, ou, mais claramente, a política de crescimento com endividamento externo através da qual o país incorria em déficit em conta corrente e o financiava com empréstimos e, preferivelmente, com os investimentos diretos das multinacionais. Ser nacionalista econômico não significa ser contra as empresas multinacionais, mas contra uma taxa de câmbio sobreapreciada que torna não competitivas as empresas nacionais que utilizam tecnologia no estado da arte mundial. Significa rejeitar a política de crescimento com endividamento externo e os correspondentes déficits em conta corrente. Significa deixar de acreditar que a poupança externa se soma à poupança interna e torna o país capaz de investir e crescer mais.

As duas principais causas da quase estagnação e da desindus-



Albedo

rialização do Brasil desde 1990 foram essa política de endividamento externo e a não política de deixar de neutralizar a doença holandesa (sobre a qual remeto o leitor a meus textos sobre o tema). Ficando apenas com a primeira causa, foi incorrer gostosamente em déficits em conta corrente (a “poupança externa”), e justificá-los dizendo que a poupança externa se somaria à interna e aumentaria o investimento. Foi aceitar essa política que é intrinsecamente autoderrotante, porque quando acontece o déficit em conta corrente, tornam-se necessárias entradas de capitais para financiá-los e a moeda nacional se aprecia; em consequência, as

empresas industriais do país que usam a melhor tecnologia disponível deixam de ser competitivas e param de investir, e o que o dinheiro externo financia é o consumo, não o investimento.

Temos assim a substituição da poupança interna pela externa ao invés de as duas se somarem. E temos consumo ao invés de investimento. Configura-se, assim, o populismo cambial. O populismo fiscal é o Estado gastar irresponsavelmente mais do que arrecada e incorrer em déficits públicos elevados e crônicos; o populismo cambial é o país como um todo (e não apenas o setor público) gastar mais do que arrecada incorrendo

em déficit em conta corrente. Os investimentos das empresas multinacionais, mesmo daquelas que fazem investimentos produtivos em prédios ou equipamentos, ao financiarem déficits em conta corrente que apreciam a moeda nacional, acabam financiando o consumo, não o investimento.

A política de crescimento com déficit em conta corrente e endividamento externo, associada à política de juros altos para atrair capitais, e à não neutralização da doença holandesa tornam, assim, a taxa de câmbio apreciada no longo prazo. Ao invés, o que o país deveria fazer é realizar um superávit em con-

ta corrente. Se o problema fosse apenas a apreciação cambial causada pelos juros altos para atrair capitais, bastaria que a conta corrente fosse zerada, mas, como no Brasil há uma doença holandesa, se neutralizada, o país realizará um pequeno superávit em conta corrente.

Do ponto de vista do nacionalismo novodesenvolvimentista, a preocupação principal de um país em desenvolvimento não deve estar em criar empecilhos aos investimentos das multinacionais, mas em defender que o país poupe mais e alcance um pequeno superávit em conta corrente – algo que se consegue com uma desvalorização real – e, depois, usar da política cambial para manter a taxa de câmbio flutuando em torno do equilíbrio industrial ou competitivo. É fazer a mesma coisa que fazem os países do Leste da Ásia, inclusive a China. É ter uma política de superávits em conta corrente e, ao mesmo, aceitar investimentos diretos quando a empresa multinacional traz tecnologia ou abre mercados no exterior.

E o que fazer com as entradas de capitais? Ou o governo limita essas entradas com controles de capital, ou elas aumentam reservas do país, ou servem de base para o financiamento dos investimentos diretos das empresas multinacionais do país no exterior. Não devem servir para financiar déficits em conta corrente porque estes são o verdadeiro mal, ao apreciar no longo prazo a moeda nacional e tornar não competitivas as boas empresas industriais do país, sejam elas nacionais ou multinacionais.

* É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.

Capital Estrangeiro no Brasil: poder e controle sobre a riqueza

Rubens R. Sawaya*

A economia brasileira é fechada? O conceito “fechada” está ligado à participação do comércio internacional no PIB. Não mede o quanto a economia brasileira é internacionalizada, está sob o controle de grandes grupos estrangeiros. Não considera o conceito de “exportação desde dentro” presente na estratégia de internacionalização desses grandes grupos. “Exportação desde dentro” informa que esses grupos nunca se tornaram nacionais. São corporações transnacionais que têm seu controle estratégico na matriz e que “exportam” para o Brasil produzindo dentro do país.

Tomando-se dados de 2016 dos 200 maiores grupos (“Valor Grandes Grupos” 2017), que envolvem mais de 5.000 empresas, pode-se ter uma base do tamanho do capital transnacional no Brasil. Os 200 grupos somam R\$ 3,9 trilhões em receita, o equivalente a 64% do PIB, da qual 27% são dos grupos estrangeiros. Quando se retira Petrobras, Bradesco, Itaú e Banco do Brasil, a participação dos estrangeiros chega a 37%. Sem o setor financeiro, considerando apenas os setores de comércio, indústria e serviços, a participação dos grupos transnacionais é de 36%. A economia brasileira é transnacionalizada e está no circuito produtivo do grande capital transnacional.

No setor industrial, as transnacionais concentram 28% da receita (37% sem Petrobras) e es-

tão em segmentos dinâmicos e de mais elevado padrão tecnológico: material de transporte (veículos e peças), metalúrgico, eletroeletrônico, químico e alimentos e bebidas. Estão no coração da cadeia de valor em cada segmento. No setor de serviços, vem crescendo a participação de empresas de capital estrangeiro que adquiriram empresas nos segmentos de telecomunicações e energia. Essas corporações são responsáveis por 44% do faturamento do setor (48% sem Telebras). No setor de comércio, as transnacionais focam nos segmentos de commodities e grande varejista, elos centrais de controle dessas cadeias. Dentro dos grupos, as transnacionais respondem por 47% do faturamento.

Assim, está clara a presença das grandes corporações transnacionais na economia brasileira. Elas ocupam segmentos que estão no coração das cadeias de valor, permitindo-lhes o controle estratégico da produção e comercialização (para frente e para trás) em cada setor. Esse fato lhes garante a apropriação do valor criado em diversos elos da cadeia.

No segmento de material de transporte, por exemplo, as montadoras estão no centro de controle da cadeia. Detém o poder de determinar os preços de seus fornecedores e, com isso, se apropriam de parte de seus lucros pelo poder de oligopsonia. Detém o poder sobre a cadeia para frente, a comercialização e os serviços de seus concessionários, também se apropriando do valor que seria

ai adicionado. Outro exemplo é a cadeia de commodities. De um lado estão as grandes corporações que controlam as sementes e insumos; do outro, as grandes comercializadoras. O produtor agrícola tem sua margem de lucro espremida entre dois gigantes que se apropriam do valor por ele criado.

Isso significa que o comando sobre a estrutura produtiva determina onde é criado o valor e quem dele se apropria. A presença em pontos centrais da cadeia permite o controle sobre ela e a apropriação do valor criado em qualquer ponto. A estratégia – qual ponto se inserir para controlar a cadeia – é central na apropriação do valor. Se a corporação que detém o controle do segmento chave é uma corporação transnacional, ela determinará a dinâmica da produção e se apropriará da maior parte do valor criado.

O sistema de controle não passa necessariamente pela propriedade. As relações entre empresas dispersas no mundo são fundamentalmente contratuais. A produção é descentralizada, mas o controle é centralizado por uma rede de contratos. Hoje, os centros de controle das corporações transnacionais estão na Europa e EUA (Carroll, 2010), onde decidem suas estratégias e apropriam o valor criado na cadeia. A China e o Japão subverteram essa ordem ao não abrir mão de segmentos estratégicos.

Portanto, os dados da participação das corporações transnacionais na economia brasileira são subestimados. Partem da propriedade em que o controle é direto.



Na cadeia de valor, o poder da empresa central se dá também por contrato. Portanto não está aparente. Assim, se as grandes corporações transnacionais localizam-se em segmentos chaves da cadeia, mesmo sem a propriedade, detêm o controle sobre ela.

Desenvolvimento só é possível pela apropriação social do valor. Os países centrais são ricos porque conseguem se apropriar do valor na cadeia. O controle sobre segmentos estratégicos determina sua inserção global e a apropriação sobre a riqueza. China, Japão, Alemanha e todos os países centrais (Amsden, 2004) são exemplo. Na aparência vê-se liberalização e privatização, a entrega do controle aos mercados. Na verdade, esses países controlam os segmentos do coração das cadeias globais de valor e deixam aqueles não estratégicos ao mercado.

Maior empresa brasileira, a Petrobras descobriu reservas enormes de petróleo. Detém o *know-how*

exclusivo de exploração em águas profundas, tecnologia própria desenvolvida por seus engenheiros, resultado de pesquisas com as universidades brasileiras e as grandes empresas nacionais de engenharia pesada, a principal delas, a Odebrecht. A cadeia de valor do petróleo é enorme, desde a engenharia, a produção de equipamentos sofisticados, infraestrutura, estaleiros etc. até as petroquímicas, refino e comercialização final. Trata-se de uma das maiores cadeias de valor do Brasil sob o controle da maior corporação brasileira. As empresas de engenharia nacionais estavam engajadas nessa cadeia. Abrir mão do controle sobre ela pela privatização significa não apenas entregar o destino da estrutura produtiva do país para estrangeiros, como e principalmente entregar o valor que essa cadeia criará para as transnacionais, que drenarão os recursos para o exterior. Isto é abrir mão do multiplicador para trás e para frente que a cadeia cria, transferindo-o para o exterior. Isto

é abrir mão do potencial de desenvolvimento. Tanto a privatização da Petrobras, como a destruição das grandes empresas de engenharia tem como resultado abrir mão da riqueza que será criada.

O caso da Embraer poderia ser colocado no mesmo patamar se não fosse o fato de que foi privatizada nos anos 90. Se o objetivo era criar uma empresa de porte, com tecnologia de ponta, centro de uma cadeia dinâmica de valor, a privatização modificou o cenário apesar da *golden share* detida pelo Estado. Na década de 2000 a empresa passou a importar grande parte dos componentes que utiliza, apropriando-se apenas em parte do valor total embutido no produto que exporta. O problema em si não é a importação, mas quando ela impede o avanço nos elos sofisticados de maior agregação de valor na cadeia. A empresa está no coração da cadeia de produção de aviões e, por isso, tem o poder de se apropriar de mais valor. O Estado poderia usar a empresa

estrategicamente em favor do desenvolvimento. A entrega para a Boeing significa abrir tanto de um segmento estratégico, como do potencial dinâmico que possui para o desenvolvimento.

A história demonstra que não existe desenvolvimento sem estratégia. As corporações sabem disso. Os países que chegaram lá também. Entregar-se à lógica do “mercado” é se subordinar à estratégia global das corporações aliadas aos Estados em que têm seus centros de controle e que as protegem (Europa, EUA, China, Japão). Sem estratégia, o Brasil retornará ao século XIX. Produzirá commodities de baixo valor agregado. Dependerá, para elevar a produtividade da própria agricultura, da tecnologia embutida nas máquinas e equipamentos importados, de alto valor agregado. Estará sempre espremido entre as grandes comercializadoras transnacionais. Essa estratégia não transformará o Brasil em país desenvolvido, como afirma hoje Reinert (2008), na verdade repetindo Prebisch de 1949.

Referências:

- Amsden, A. *A ascensão do resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo, Unesp, 2004.
- Banco Central do Brasil, Censo do Capital estrangeiro no Brasil.
- Carroll, W. *The making of a transnational capitalist class*. Londo/ New York, Zed books, 2010.
- Prebisch, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949), in Bielschowsky, R. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*, São Paulo, Record/Cofecon/ Cepal, 2000.
- Reinert, E. *Como os países ricos ficaram ricos e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2008.
- Valor Econômico, *Grandes Grupos: 200 maiores*, 2017.

* É professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política, Departamento de Economia – PUCSP. rsawaya@pucsp.br



IED e a atual agenda econômica

Rogério Studart*

Os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) para o Brasil voltaram a subir. E com eles vemos, todos os dias, noticiários sobre aquisições e fusões no país envolvendo grandes grupos estrangeiros. O governo e parte do empresariado celebram, mas alguns analistas se preocupam, especialmente quando envolvem empresas brasileiras como a Embraer, para a qual nos acostumamos a olhar com orgulho e como símbolo de liderança tecnológica e projeção no mercado internacional. Neste momento, é, de fato, fundamental refletir em que contexto o investimento estrangeiro pode ser benéfico para o desenvolvimento brasileiro.

O IED representa uma aposta que o investidor estrangeiro faz no futuro do país recipiente – variáveis como tamanho relativo do seu mercado doméstico, custo doméstico de produção em relação a outros países, acesso a mão de obra qualificada e com capacidade de inovar e adaptar-se, infraestrutura física e social e ambiente de negócios. Nossa economia há muito tempo está entre as 10 mais atrativas para o IED, e em 2017 compartilhou com a Austrália a 7ª posição em um ranking liderado pelos Estados Unidos e pela China, Hong Kong, Holanda e Irlanda. Estamos nesta posição porque, ao longo das décadas, construímos um mercado doméstico pujante, uma oferta razoável de mão de obra qualificada e diversificada, e porque temos recursos naturais abundantes e uma larga fronteira agrícola.

O aumento recente do IED ainda reflete estes atrativos, mas é,

especialmente, fruto de uma conjuntura internacional favorável. Como aponta um relatório das Nações Unidas¹, a crise de 2008 provocou um enorme tranco dos fluxos globais de investimento estrangeiro direto, e com exceção de 2014, uma tendência de baixa. Esta trajetória reflete a incerteza dos investidores produtivos internacionais sobre o futuro da economia global. Mas, turbinadas por ganhos de capital gerados pela enorme valorização das bolsas de valores, e animadas com a recuperação da economia global, muitas empresas globais, oriundas de países desenvolvidos e emergentes, voltaram a investir em economias emergentes.

Dados estes fatores estruturais e o contexto internacional, é realista a previsão que neste ano tenhamos uma recuperação dos IED, que podem chegar a US\$ 80 bi – ainda muito abaixo dos quase US\$ 100 bilhões de 2011, mas maior do que a média dos últimos anos. Como mencionamos, o governo brasileiro tem alardeado e comemorado este aumento. E motivos há para celebrar. Afinal, estes recursos adicionais vão ser fundamentais para cobrir o possível déficit da balança comercial frente a qualquer recuperação econômica. Garante-se, assim, o nível de reservas que temos atualmente (US\$ 370 bi), importantes por sua vez frente à incerteza e “às instabilidades dos fluxos de capital internacional. Também é certo que um maior investimento estrangeiro direto pode mitigar os impactos do baixíssimo investimento público a que chegamos. Por fim, mais IED, mesmo aquele movido por

fusões e aquisições, pode ajudar a dar um pequeno ânimo ao investimento de longo prazo no país – deprimido pela situação fiscal, pela alta dívida de grandes empresas e pela deterioração das condições de financiamento de longo prazo.

Mas esta comemoração não pode levar a uma miopia sobre o contexto em que crescem os IED. Primeiramente, a recuperação global destes fluxos ainda é frágil. O aumento do protecionismo nos Estados Unidos e outras economias desenvolvidas, somado às políticas agressivas de repatriação das suas empresas globais, pode tranquilamente provocar uma rápida retração dos IED para economias emergentes. Uma redução do crescimento do comércio internacional pode levar as empresas chinesas e europeias a reverem suas estratégias de internacionalização. Por outro lado, do jeito que vai nossa agenda econômica, nada garante que o mercado interno brasileiro continue apresentando-se como um forte atrativo para os investidores estrangeiros.

De fato, nenhum dos indicadores atuais apontam para uma melhora destas variáveis. Por exemplo, a solidez do nosso “pujante” mercado doméstico está ameaçada: o investimento público já está “no osso”, o investimento privado reprimido pela alta dívida corporativa, e o consumo privado tende a crescer pouco, em função do desemprego ainda elevado e do crescimento da informalidade, que vem com menores remunerações.

Por outro lado, como eu aponto em outro artigo², uma grande parte da atratividade de um país está associada ao seu capital físico, es-



pecialmente a infraestrutura econômica e social. E neste quesito, as notícias não são nada animadoras: como indica um relatório recente da Confederação Nacional da Indústria³, os investimentos em infraestrutura e logística, que vinham caindo há mais de três décadas, e estacionaram em cerca de 2% entre 2001 e 2015, levaram um tombo nos últimos anos. Com números assim, não surpreende que estejamos em 73º no ranking de qualidade de infraestrutura dos 137 ranqueados pelo Fórum Econômico Global⁴. Este é um dos principais fatores explicativos da nossa posição 80 (!) no índice global de competitividade, o que assusta o potencial investidor estrangeiro.

Por fim, em um país que já tem um enorme déficit de capital humano qualificado, tem havido um significativo retrocesso no investimento em educação, pesquisa e inovação. Os gastos em melhoria da oferta e qualidade da educação primária e secundária se retraem, enquanto as universidades e centros de pesquisa brasileiros passam

pela pior crise da história recente brasileira, numa aberta promoção da exportação de talentos e capital humano. Não é somente que estejamos deixando de preparar uma nova geração para a revolução em curso da indústria 4.0: também estamos literalmente provocando uma depreciação do capital humano, deixando de investir nas novas gerações e expulsando aqueles que adquiriram, com alto custo público, conhecimento e capacidade inovadora.

Além da deterioração das variáveis objetivas de atração do IED, o Brasil sofre hoje de um problema da narrativa e uma falta de visão de longo prazo. O país hoje se apresenta nos fóruns internacionais com um discurso negativo sobre a trajetória de desenvolvimento econômico e social recente, fazendo parecer que tudo o que o mundo viu nas últimas décadas era puro “castelo de areia”. Não há tampouco nenhuma visão consistente sobre o futuro do desenvolvimento que convença os investidores estrangeiros que este é um país de futuro, além das promessas de aprovação de reforma e manter “o dever de casa” fiscal – promessas que garantem um retorno elevado e seguro dos investimentos financeiros de curto prazo, mas estão longe de ser uma plataforma crível de crescimento de longo prazo.

É sempre importante lembrar que na maioria das economias emergentes, especialmente na China e Índia, o investimento estrangeiro direto desempenhou um papel fundamental em atrair capital, tecnologia, conhecimento e acesso ao mercado internacional. Nestes exemplos de sucesso, atrair estes investimentos sempre fez parte de um projeto de desenvolvimento de longo prazo claro, onde também se criaram condições domés-

ticas para que empresas nacionais se expandissem e aproveitassem de parcerias para se tornarem grandes *players* nacionais e internacionais. Algumas destas empresas, notavelmente as empresas públicas chinesas, são as que agora batem nossas portas, e lideram processos de fusão e aquisição. Ou seja, os IED são instrumentos inequívocos de desenvolvimento quando o país hospedeiro tem uma clara estratégia de longo prazo, está investindo no seu capital humano e físico, e oferece às empresas nacionais instrumentos e incentivos para maximizarem as parcerias com investidores internacionais. Não o são quando os IED servem somente para resolver problemas de balan-

ço de pagamentos e/ou das dificuldades conjunturais de grandes empresas nacionais.

Se há motivos para comemorar a confiança que empresas estrangeiras globais ainda depositam no Brasil, há claramente o risco de que a miopia de nossa agenda econômica atual leve a uma profunda deterioração das variáveis que, nos últimos vinte anos, vem colocando o Brasil como um dos principais portos para o investimento internacional. Se este quadro perdurar, deixaremos em breve de sermos vistos como parceiros em empreendimentos globais, e nos tornaremos um mercado de especuladores e “negócios de ganho rápido”, onde empresas e projetos de setores já

consolidados são vendidos a preço de banana. Ganhamos alguns cobres, mas perdemos oportunidades de, juntos com grandes parceiros globais, ter um futuro promissor e próspero para investidores nacionais e estrangeiros, e, especialmente, para todos os brasileiros.

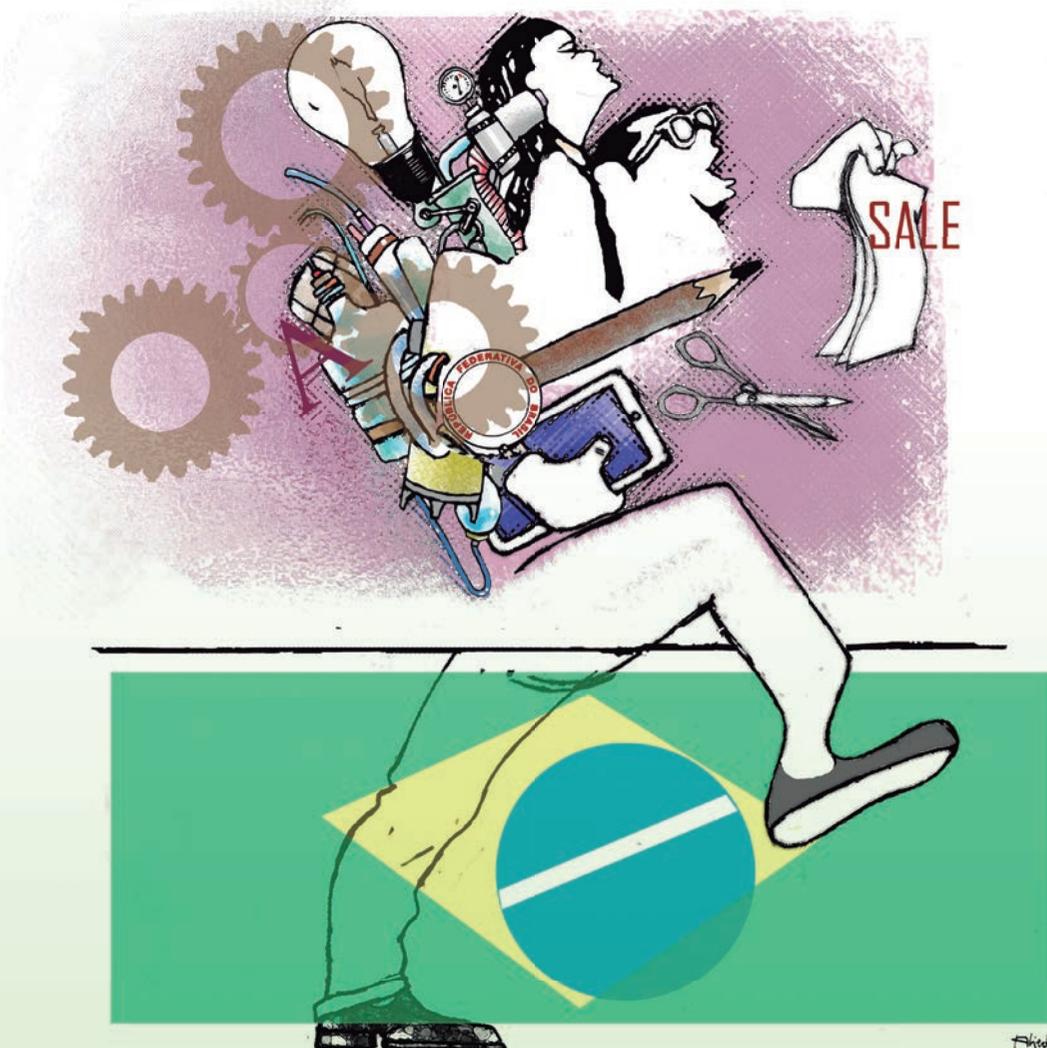
* É doutor em Economia. Atualmente associado como *non-resident senior fellow* da Brookings Institutions e professor na Universidade de Boston, foi diretor executivo no Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial.

1 <https://goo.gl/TayhgP>

2 <https://goo.gl/PXv3m>

3 <https://goo.gl/bBi6V1>

4 <https://goo.gl/F35v6F>



Capital estrangeiro no setor brasileiro de infraestrutura: história e situação atual



Pedro Henrique Pedreira Campos*

A presença do capital estrangeiro na infraestrutura brasileira é fenômeno antigo. Originalmente projetos de energia e transportes foram demandados e implementados sobretudo por empresas do exterior. A infraestrutura da economia primário-exportadora, vigente no país na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, é obra predominante dessas firmas. Os projetos nesse período se concentravam em boa medida nos artefatos que serviam à própria reprodução da economia dependente, como ferrovias e portos que serviam ao escoamento de mercadorias para exportação, em especial o café.

Empresas estrangeiras como a Light detinham concessões para prover infraestrutura às principais cidades do país, na forma de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fornecimento de gás, sistemas de telefones e telégrafos, além dos transportes urbanos de bondes. Também na realização das obras prevaleciam construtoras estrangeiras, como a dinamarquesa Christiani-Nielsen, responsável por obras emblemáticas no Brasil da primeira metade do século XX, como o Jockey Club do Rio de Janeiro, o Maracanã, o píer Mauá e o elevador Lacerda, em Salvador.

O predomínio das empresas internacionais começou a decair quando o eixo principal da economia brasileira se deslocou da agro-exportação para o setor urbano-industrial. A partir dos anos 1930,

foram formadas autarquias e estatais que vieram a ser responsáveis por encomendas de obras de infraestrutura e que dariam preferência a empresas brasileiras na realização dos serviços de engenharia. As firmas estrangeiras não deixaram de existir ou foram excluídas do mercado, mas foram paulatinamente substituídas pelas empresas nacionais entre as décadas de 1930 e 1970. Esse processo foi viabilizado em certo sentido com o apoio das próprias empresas do exterior. Foi a partir de consórcios entre as estrangeiras e as firmas domésticas que estas últimas adquiriram tecnologia e experiência na realização de certos empreendimentos, muitas vezes com apoio deliberado das contratantes estatais. A absorção desse conhecimento por parte das empresas nacionais se deu de forma gradual e de segmento em segmento, com o aprendizado da realização de projetos e obras rodoviárias, pontes e túneis, usinas hidrelétricas, metrô urbanos etc.

Esse processo foi irregular e teve idas e vindas. Assim, o governo Castelo Branco (1964-1967) resolveu priorizar as empresas estrangeiras na realização de projetos e obras, mesmo já havendo naquele momento empresas nacionais consolidadas e capacitadas para tal. Contra essa tendência, empresários do setor liderados pelo Clube de Engenharia lançaram a campanha “Em defesa da engenharia nacional”, que propunha limites à participação do capital estrangeiro no setor. A resposta ao pleito dos empresários veio no decreto 64.345, de abril de 1969,

emitido pelo ditador Costa e Silva com o Congresso fechado pelo AI-5. A determinação instituía a reserva de mercado no setor de obras públicas. A partir daquele momento, serviços de engenharia contratados por agências estatais só poderiam ser demandados junto a empresas nacionais.

A medida possibilitou que as empresas brasileiras de engenharia crescessem de maneira expressiva durante a ditadura, em meio ao maior pique de investimentos de infraestrutura da história do país. Findo o regime, o governo Collor pôs fim ao monopólio. A abertura foi vista com desconfiança por alguns empresários do setor, porém como as suas firmas já estavam consolidadas, não houve maiores abalos no mercado, que continuou dominado por companhias domésticas.

Empresas brasileiras de engenharia inclusive levaram sua *expertise* para o exterior, realizando obras e potencializando as exportações de máquinas, materiais e equipamentos produzidos no país. Algumas empreiteiras se tornaram grandes multinacionais, atuando em vários países e chegando a ter no exterior receita superior à auferida no mercado doméstico. A presença das empresas brasileiras era mais significativa na América do Sul, África e Oriente Médio, mas mesmo nos países centrais as mais poderosas construtoras brasileiras chegaram a se firmar. Empreiteiras nacionais fizeram obras emblemáticas, como o metrô de Caracas, na Venezuela; o aeroporto de Miami, nos Estados Unidos;

a ferrovia Bagdá-Akashat, no Iraque; e a hidrelétrica de Capanda, em Angola.

As privatizações dos anos 1990 e 2000 fizeram com que estatais responsáveis pela infraestrutura brasileira fossem vendidas, algumas delas para grupos estrangeiros. No entanto, a ruptura maior está se dando na presente década. Em meio aos desdobramentos da Operação Lava-Jato e às revelações de ilegalidades cometidas pelas empreiteiras brasileiras, houve um enfraquecimento significativo do setor e das firmas nacionais, o que permitiu uma chegada avassaladora de empresas estrangeiras.

O movimento mais significativo provavelmente se dá no setor de óleo e gás, alvo prioritário da cobiça do capital internacional. A Petrobrás vem sendo vítima de um processo de desmantelamento, com a liquidação dos seus ativos e venda dos campos de petróleo para petroleiras estrangeiras, principalmente na camada pré-sal. Mas a tendência é visível também em outros segmentos. Todos os quatro aeroportos concedidos no ano de 2017 (Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e Florianópolis) foram arrematados por grupos estrangeiros, de origem alemã, suíça e francesa. Das concessionárias de rodovias sobressaem algumas estrangeiras: a espanhola Arteris é responsável por várias rodovias, dentre as quais o trecho fluminense da BR-101 e a Régis Bittencourt (São Paulo-Curitiba), e ela contrata muitas empresas internacionais para a realização das obras de ampliação dessas estradas; a Ecorodovias, dentre as suas oito concessões atuais, é responsável pela administração da Ponte Rio-Niterói e da rodovia dos Imigrantes, e é controlada por capitais italianos. No setor de eletricidade,

empresas chinesas, indianas e colombianas venceram leilões recentes para a realização de linhas de transmissão, dentre os quais se destaca o linhão de Belo Monte, a cargo da chinesa State Grid, em projeto avaliado em R\$ 10 bilhões. Atualmente a maior geradora privada de energia do país é a China Three Gorges (CTG), controladora das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira e outras empresas estrangeiras são fortes em projetos de energia solar e eólica.

Companhias brasileiras tradicionais têm sido adquiridas por grupos estrangeiros, como a carioca Concremat, maior firma de projetos de engenharia do país, com 65 anos de trajetória, que foi comprada em 2017 pela China Communications Construction Company (CCCC), apontada como terceira maior construtora do mundo. As grandes empresas envolvidas na Lava-Jato vendem seus ativos e concessões, adquiridos sobretudo por grupos estrangeiros. O recuo

também se dá no exterior, onde empreiteiras brasileiras cancelam contratos e têm dificuldades de assinar novos, perdendo espaço no mercado mundial. E há mais apetite estrangeiro diante das promissoras privatizações da Eletrobrás, Cesp, Cemig e das empresas estaduais de saneamento.

Tudo isso se dá em meio a uma inédita de crise no setor. Segundo dados da revista O Empreiteiro, a receita do segmento de construção e engenharia no Brasil passou de R\$ 140 bilhões em 2013 para R\$ 53 bilhões em 2016, número similar ao de 2006.

Os principais lesados por esse processo combinado de crise e desnacionalização não são os empresários, mas sim os trabalhadores do setor. A taxa de desemprego no país em 2017 fechou em 12,7% e a construção civil liderou as demissões nos últimos quatro anos. Recente pesquisa publicada pelo IBGE indica que o setor perdeu 964 mil empregos entre 2014 e 2017, passando de 7,8 para 6,8 milhões de empregados, com perda de 12,3% dos seus postos de trabalho.

E os maiores beneficiados desse processo são os proprietários de companhias estrangeiras, que veem excelentes oportunidades de negócios no segmento da infraestrutura brasileira em meio à fragilização das empresas nacionais pela Operação Lava-Jato. Por essas e outras, deve ser por isso que o juiz federal Sérgio Moro é tão festejado no exterior, tendo sido, não à toa, escolhido recentemente como a personalidade do ano de 2017 pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.



* É doutor em História pela UFF, professor da UFRRJ e autor do livro *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar*.

Adeus, conteúdo local

Igor Fuser*

Quando a Petrobrás encontrou o pré-sal, a indústria naval brasileira havia praticamente desaparecido por efeito da “abertura” do setor à concorrência externa a partir do início da década de 1990, com o início da aplicação do modelo econômico neoliberal. Graças às políticas de conteúdo local no setor do petróleo, os estaleiros renasceram das cinzas. Em 2014, a construção de embarcações dos mais diferentes tamanhos para a Petrobrás empregava 78 mil trabalhadores diretos, com a expectativa de chegar a 100 mil dois anos depois. Em apenas dois anos, entre 2012 e 2014, dez novos navios de grande porte foram entregues à Petrobrás pelos estaleiros criados ou recuperados com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o Brasil, tão importante quanto as perspectivas de ganho econômico com a exportação de parcelas crescentes da produção petrolífera do pré-sal – ou até mais importante – é a oportunidade de utilizar o imenso empreendimento econômico necessário à exploração dessas reservas para impulsionar a indústria brasileira e desenvolver tecnologia própria. A experiência internacional mostra que o caminho para se alcançar esse objetivo é a adoção de políticas de conteúdo local, expressão que designa a parcela de bens e serviços nacionais utilizados numa atividade produtiva.

No governo Lula, o conteúdo local do pré-sal foi encarado com um elemento central na busca da retomada do desenvolvimento industrial do país, na medida em que poderia propiciar o adensamento das cadeias produtivas em diversos setores da economia. A ideia era gerar oportunidades de expansão das atividades industriais além daquelas que seriam criadas pela própria dinâmica do mercado, reduzir a despesa com a compra de equipamento e serviços importados e incentivar empresas estrangeiras a se instalem no país.

Para evitar que a cláusula de conteúdo local se tornasse letra morta, foram criados uma metodologia de cálculo e um Sistema de Certificação de Conteúdo Local, por meio de empresas independentes especializadas em supervisionar a aplicação dessas normas, credenciadas junto à Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP). A exigência de conteúdo local no único leilão do pré-sal realizado antes do impeachment, o do bloco de Libra, foi definida em 37%, no mínimo, para a fase de exploração, e entre 55% e 59% para a fase de desenvolvimento.

O avanço da produção brasileira de equipamentos para o pré-sal, assim como o do setor de serviços voltados para esse empreendimento, está ligado às previsões da Petrobrás, nos governos de Lula e Dilma, para a exploração desse recurso energético. De quinze sondas para perfuração

em alto-mar existentes em 2010, pretendia-se atingir o número de 37 em 2015 para chegar a 65 em 2020. No item das plataformas de apoio, a previsão era passar das 44 existentes em 2010 para 61 em 2015 e 94 em 2020.

Esse projeto naufragou com a crise na Petrobrás, deflagrada pelas denúncias da Operação Lava Jato em 2014, e, sobretudo, com o grave retrocesso nas políticas para o pré-sal ocorrido após o impeachment em 2016. Na gestão de Pedro Parente como presidente da Petrobrás, as exigências de conteúdo local foram rebaixadas aos níveis que existiam no governo de Fernando Henrique Cardoso – a mesma participação de empresas nacionais que, na prática, já ocorreria espontaneamente, sem a existência de qualquer política específica de estímulo. Essas mudanças atendem ao *lobby* das empresas estrangeiras que apoiaram a deposição da presidenta Dilma Rousseff, interessadas não apenas nos lucros extraordinários com a exploração do pré-sal a partir de regras mais favoráveis ao capital estrangeiro, mas também na possibilidade de vender equipamentos para os consórcios de exploração dessas reservas no Brasil.

Não se trata de teoria conspiratória, e sim de fatos comprovados. O episódio mais escandaloso, revelado em novembro de 2017 pelo jornal *The Guardian*, de Londres, se refere à reunião do ministro do Comércio do Reino Unido, Greg Hands, com o ministro brasileiro das Minas e Energia, Paulo



Pedrosa. Nesse encontro, o representante britânico levou as preocupações da Shell, da BP e da Premier Oil sobre “tributação e licenciamento ambiental”. Pedrosa respondeu que estava pressionando as autoridades do governo para atender às demandas dessas transnacionais.

A cada novo lance, a cada leilão e a cada alteração nas normas para a exploração dessas fabulosas reservas do pré-sal, assiste-se à alienação do patrimônio público brasileiro em favor do capitalismo global, num verdadeiro crime contra o Brasil.

* É professor no Bacharelado em Relações Internacionais e na Pós-Graduação em Energia da Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Bernardo do Campo (SP); doutor em Ciência Política pela USP; mestre em Relações Internacionais pela Unesp; e autor, entre outros, dos livros *Energia e Relações Internacionais* (Saraiva, 2013), *As Razões da Bolívia* (Editora UFABC, 2016) e *Petróleo e Poder - O envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico* (Editora Unesp, 2008).

Petrolíferas estrangeiras ou a Petrobras na exploração do pré-sal?

Paulo Metri*

A avaliação de um atendimento à sociedade requer a comparação com formas alternativas deste atendimento. Assim, o impacto na sociedade brasileira da atuação de empresas estrangeiras no pré-sal deve ser comparado com o impacto da atuação da Petrobras no pré-sal. Não existem empresas privadas nacionais que possam atuar no pré-sal e servir para comparação. Objetivamente, serão analisadas as atuações das petrolíferas estrangeiras e da Petrobras na exploração do pré-sal, que trazem impactos diferenciados para a sociedade.

Apesar de o Brasil ser um país com atraso em desenvolvimento tecnológico, atividades de conquista das tecnologias necessárias à exploração do pré-sal podem ser designadas à Petrobras, devido à sua atuação de sucesso nesse campo. As petrolíferas estrangeiras também podem desenvolver tecnologia, mas cobrarão caro por sua capacitação, o que repercutirá no lucro e, assim, diminuirá o tributo deixado para o Estado brasileiro. Além disso, as tecnologias desenvolvidas por elas ocorrerão em seus países de origem e, portanto, o Brasil não deterá estas tecnologias.

Indústrias nascentes com conteúdo tecnológico, futuras fornecedoras do pré-sal, devem obter incentivos visando ao desenvolvimento tecnológico. A Petrobras pode ser a fomentadora destas indústrias, tarefa que já desempenhou no passado. As petrolíferas

estrangeiras não desenvolverão empresas de cunho tecnológico no país. Comprarão dos seus tradicionais fornecedores e aliados no mercado internacional.

A Petrobras é quem compra plataformas no Brasil. Além de a plataforma representar mais de 80% dos investimentos, é durante sua construção que ocorre o grande emprego de mão de obra do empreendimento. As petrolíferas estrangeiras não compram plataformas no Brasil.

As alternativas do modelo de organização do setor não devem somente garantir que o petróleo será produzido e os tributos serão pagos. Devem gerar empregos no país, inclusive os de qualidade, desenvolver fornecedores, desenvolver tecnologia em centros de pesquisa do país, comprar materiais e equipamentos em fornecedores locais, melhorar o nível de segurança das atividades petrolíferas e trazer o impacto ao meio ambiente ao mínimo. A Petrobras satisfaz melhor todos estes critérios de avaliação que as petrolíferas estrangeiras.

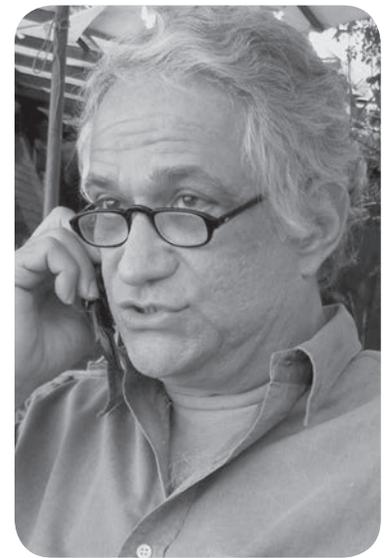
Qualquer atividade econômica geradora de lucro excepcional, como é o caso da atividade petrolífera, deve ser reservada para o Estado. Entretanto, diferentes concepções ideológicas se confrontam com relação à apropriação da renda petrolífera. Aqueles com posições socialmente comprometidas argumentam que os recursos naturais de uma sociedade só a ela pertencem e não a agentes econômicos. Os liberais econômicos creem que a empresa

privada pode ter a atividade, gerar o lucro exorbitante antes da tributação e, depois, uma parcela deste lucro é abocanhada através de tributo. No entanto, no mundo real, governos dão isenção de impostos, lucros menores são obtidos com artimanhas contábeis etc.

Liberais argumentam também que o petróleo é uma mera “commodity” e, portanto, sua produção pode ser entregue ao setor privado. Aí, foi desprezada a importância geopolítica do petróleo. Também, a Petrobras não deve seguir a recomendação de liberais, de se especializar em exportar petróleo bruto. Ela pode produzir petróleo acima da necessidade do Brasil, refinar o excedente e exportar os derivados, com maior valor agregado. Para finalizar, a agência reguladora do setor, que deveria proteger a sociedade, infelizmente não o faz. Estas agências no Brasil, de uma forma geral, foram “capturadas pelo mercado”, significando o fracasso do modelo.

A organização do setor de petróleo, visando maximizar os benefícios para a sociedade, é função também do grau de consciência política da sociedade. O caso brasileiro de agências reguladoras capturadas pelos entes a serem regulados mostra a nossa baixa consciência política. A mídia convencional existente no país, com interesses escusos, é a grande responsável por este baixo grau de consciência política.

Todas as petrolíferas internacionais foram para o Mar do Norte, nos anos 1970, a convite do



Reino Unido e da Noruega. O Reino Unido determinava, para cada campo, materiais e equipamentos que seriam adquiridos localmente. A Noruega decidia, para cada bloco petrolífero, se a Statoil entraria e com que participação. Nenhuma petrolífera reclamava. Os decisores públicos eram livres para agir como quisessem, mas nunca agiam de forma antissocial. A consciência política deles não deixava.

Um novo governo brasileiro deveria buscar corrigir os erros recentemente cometidos por visão entreguista, tentar reaver junto às petrolíferas estrangeiras os prejuízos, que elas sabiam estar causando, receber de volta muitas das vendas de patrimônios realizadas por preços vis, fazer a Petrobras voltar a ser uma empresa integrada e induzir nosso crescimento econômico e social.

* É conselheiro do Clube de Engenharia e vice-presidente do Crea-RJ

Bendito petróleo?

O Rio de Janeiro é o estado que mais recebe royalties do pré-sal, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Por isso, o petróleo é peça fundamental para a movimentação da economia fluminense desde o início de sua extração. No entanto, nos últimos anos, fatores políticos e judiciais que cercaram a atividade impactaram negativamente a situação fiscal do estado do Rio de Janeiro (ERJ).

A Operação Lava-Jato, ao chegar à Petrobras, prejudicou suas atividades e, consequentemente, a economia do ERJ. Em meio a delações e denúncias, a petrolífera caminhou para uma crise institucional e financeira, perdendo sua força no cenário internacional¹. Tal crise, somada à queda da cotação internacional do petróleo, decorreu em abrupta redução na perfuração de poços exploratórios entre 2013 e 2017. A mudança na partilha de royalties en-

tre os estados também afetou diretamente a arrecadação do Rio, que passa, nos últimos anos, por grave crise financeira.

O FPO analisou os efeitos de tais fatos sobre a economia do Estado, com enfoque na trajetória da receita de royalties e da aplicação desses recursos no período de 2012 a 2017.

Todos os valores apresentados a seguir foram deflacionados para setembro de 2017 pelo IPCA-E.²

A Situação Fiscal do Estado

Com uma análise do histórico recente da receita estadual observou-se queda considerável de arrecadação. Do exercício de 2014 para 2015 houve diminuição de R\$ 11,2 bilhões. Em 2016 a arrecadação estadual foi de R\$ 52,5 bilhões, ou seja, a receita caiu cerca de 35% em apenas dois anos, como mostra o quadro 1.

De acordo com esta pesquisa, tem-se que a receita tributária apresentou uma queda de 11% entre 2014 e 2016. Seguindo tal tendência, a receita de operações de crédito decresceu cerca de 90% durante o período de análise. Isso ocorreu porque, após ultrapassar o limite de 200% da relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida, estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado ficou impedido de captar novos empréstimos.

No período de 2012-2017, a média da receita estadual constituída diretamente por royalties advindos da exploração do petróleo foi 11,45%, o que a tornou mais vulnerável às oscilações da conjuntura econômica mundial, devido à alta volatilidade do preço internacional do barril de petróleo. Assim é possível perceber que, entre 2012 e 2016, o declínio da receita dos royalties foi responsável por 33% da diminuição de receita. Além disso, em 2013 entrou em vigor a nova lei de partilha dos royalties, que passou a repartir esse recurso entre todos os estados brasileiros e não apenas entre os produtores de petróleo.

Em 2017, notou-se pequena melhora nos indicadores: a arrecadação total superou em R\$ 10 bilhões o exercício anterior. A recuperação do preço do barril de petróleo acarretou um aumento das receitas de royalties, somado a uma expansão das operações de crédito. Entretanto, a LOA 2018 não se mostra tão otimista, indicando uma tendência de estagnação da receita.

Aplicação dos Royalties do Petróleo

A aplicação de recursos provenientes de royalties do petróleo no Estado segue regras determinadas por um conjunto de leis que a partilham em: (i) 5% para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM, sendo 10% quando a extração for da camada pré-sal; (ii) 1% para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP; (iii) Parcela variável para o pagamento de dívidas com a União; (iv) o montante residual é incorporado ao patrimô-

Quadro 1 – Trajetória da Receita Total³, Arrecadação dos Royalties e Operações de Crédito

| Em R\$ milhões | | | |
|----------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Ano | Receita Total | Receita de Royalties | Operações de Crédito |
| 2012 | 76.085.413.754'44 | 11.435.893.667'55 | 6.602.784.608'83 |
| 2013 | 80.210.465.282'58 | 10.755.142.945'33 | 6.576.755.545'44 |
| 2014 | 80.748.349.839'06 | 10.710.549.068'64 | 9.351.771.923'24 |
| 2015 | 69.531.817.276'66 | 5.975.039.383'43 | 5.633.076.340'77 |
| 2016 | 52.567.502.345'55 | 3.629.091.717'05 | 1.086.349.495'62 |
| 2017 | 62.646.914.598'36 | 7.181.129.069'15 | 2.326.457.734'86 |
| 2018* | 62.574.545.674'00 | 1.971.261.930'00 | 4.653.832.389'00 |

Fonte: Portal Transparência Fiscal 2012-2017 e Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA 2018).

Quadro 2 – Despesas provenientes dos royalties de petróleo em milhões

| Em R\$ milhões | | | |
|----------------|----------------|----------------------|---------------|
| ANO | RIOPREVIDÊNCIA | ENCARGOS COM A UNIÃO | DESPESA TOTAL |
| 2012 | 6.919,74 | 1.927,32 | 11.221,23 |
| 2013 | 6.100,31 | 1.690,50 | 10.453,07 |
| 2014 | 4.353,04 | 1.475,95 | 10.453,07 |
| 2015 | 3.844,27 | 2.265,99 | 8.590,29 |
| 2016 | 34,67 | 1.075,49 | 1.357,93 |
| 2017 | 883,76 | 1.012,18 | 2.364,49 |

Fonte: SIG/SIAFEM 2012-2015, SIAFERIO/FLEXVISON 2016-2017.

nio do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência.

Observa-se que o próprio arcabouço legal que normatiza as despesas indica que grande parte da aplicação dos royalties destina-se a financiar o Rioprevidência e o pagamento de dívidas com a União. Desta despesa, em média, 41% dirige-se ao Rioprevidência e 33% à dívida com a União. Assim, vinculam-se os recursos ao setor previdenciário, gerando dependência da atividade petrolífera. Prática essa que, se feita de forma planejada desde seu início, poderia ter sido capaz de equilibrar as contas da previdência no ERJ, mas no momento em que esbarra em opções políticas fora dessa lógica, passa a se tornar um risco para a saúde financeira estadual.

O que se viu na trajetória da aplicação dos recursos provenientes de royalties desde 1999 é uma série de políticas curto-prazistas por parte dos governantes, que não foram capazes de conter o déficit já existente na criação do Rioprevidência. Além disso, a obrigação do pagamento de dívidas com a União que perdura até hoje, ao descontar uma boa parte da receita, dificulta a capitalização do fundo. Dessa forma, quando a crise político-econômica no país teve seu ápice, somada à queda do preço do petróleo em 2016, agravou-se ainda mais o desequilíbrio financeiro do Estado.

As dificuldades para pagamento de servidores e inativos exigiram novas Operações de Crédito e nesse contexto, o governo optou pela securitização de direitos futuros do petróleo, antecipando a receita por meio do mercado internacional. Operação esta que se iniciou em 2014, mas no momento da forte queda do preço em 2016, passou a ser mais utilizada. Subordina-se, assim, o Estado às taxas de juros do mercado financeiro internacional, gerando um alto risco às finanças públicas.

Como é visto no quadro 2, em 2016, o recurso destinado ao Rioprevidência foi reduzido significativamente, devido às operações de securitização. Ademais, grande parte escoou para o exterior, remunerando os investidores de direitos futuros de petróleo.

As consequências do desequilíbrio político-econômico são nítidas. De acordo com a Federação de Indústrias do Estado do Rio de

Gráfico 1 – Desocupação no Estado do Rio



Fonte: PNAD Contínua, IBGE. Acesso em 24/01/18, às 11h.

Janeiro (Firjan), o estoque de empregos em atividades relacionadas ao petróleo caiu 21% no país entre 2013 e 2016; sendo estes postos concentrados nos locais de maior extração, como o ERJ. Não por coincidência, o período de 2015 a 2017 foi de acentuado aumento da desocupação no estado, como mostra o gráfico 1.

Além da queda na quantidade de vagas de trabalho, a prevalência de estrangeiras na exploração do pré-sal impacta outros setores da atividade econômica, pois gera menor efeito multiplicador. Áreas nacionais de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, que estavam crescendo muito estimuladas pela Petrobras, perdem força e são substituídas por equipamentos, mão de obra e tecnologia trazidas diretamente de outros países.

Conclusão

A resposta do governo à grande redução de receita foi um corte de gastos, diminuindo em 33% sua despesa total. Porém, a medida mostrou-se pouco eficiente. O colapso da economia fluminense demonstrou-se mais uma crise de queda de receita do que de aumento das despesas. Podemos observar que, embora represente uma parcela significativa da arrecadação do Estado, a contração da receita do petróleo não é a única responsável pe-

la atual situação em que o Rio se encontra.

Em relação à aplicação dos recursos provenientes de royalties, a falta de planejamento dos governantes culminou na manutenção de um fundo de previdência deficitário. As receitas, se utilizadas para amortizar o déficit inicial, poderiam se tornar um alívio financeiro ao Tesouro e assim, criar um ambiente mais propício para investimentos públicos.

É evidente que o desmantelamento financeiro e institucional da Petrobras impacta negativamente na economia do Brasil e, de maneira mais intensa, do Rio de Janeiro, contribuindo para a crise. Porém, este fator não pode ser analisado de forma isolada; por muitas vezes, opções políticas imediatistas acabam por gerar mal-estar financeiro no longo prazo. No Rio, tal prática é constante e parece cada vez mais difícil se pensar no futuro da saúde das finanças públicas.

1 Sem monopólio desde 1997, a Petrobras foi lentamente perdendo espaço para as petroleiras estrangeiras. Com o aprofundamento da insegurança e da crise, a empresa deixa, nos leilões de 2017, de explorar o mínimo de 30% do pré-sal, que agora pode ter toda sua área entregue para fora do país.

2 Índice de Preços ao Consumidor Amplo – Especial do IBGE.

3 Os dados referentes à receita total foram contabilizados deduzindo as transferências aos municípios, segundo novo método de contabilizar receita, adotado a partir de 2015.

Agenda de cursos

Inscrições para o curso "Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec"

As inscrições para o curso "Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec", ministrado pelo Corecon-RJ, continuam abertas. Com 40 anos de tradição, o curso permite a atualização dos conhecimentos em Economia e a preparação dos participantes para os exames da Anpec em 2018. É possível cursar matérias isoladas ou o curso integral com carga horária de 521 horas. As aulas vão até 21 de setembro. O Corecon-RJ oferece descontos para estudantes de Economia e economistas.

Horário: segunda a sexta, das 18h30 às 21h30/21h45 e alguns sábados das 9h às 12h30.
Estatística – início em 5/3. Matemática – início de Cálculo em 15/2
Microeconomia – início em 9/3. Macroeconomia – em andamento
Economia Brasileira – início em 17/4

O curso oferece material, biblioteca e certificado. As salas dispõem de datashow, ar-condicionado e wi-fi.

Outras informações em www.corecon-rj.org.br/agendados.

Os Cenários Econômicos e os Impactos na Estratégia de Negócios
1 a 29/3 | Carga horária: 15 horas. 18h30 às 21h30 | quintas
Prof. João Teixeira de Azevedo Neto

Gestão Financeira
5/3 a 18/4 | Carga horária: 42 horas. 18h30 às 21h30 | segundas e quartas
Prof. Danilo Rennó

Economia e Mobilidade Urbana Sustentável
5/4 a 3/5 | Carga horária: 15 horas. 18h30 às 21h30 | quintas
Professora Natália G. de Moraes

Matemática Financeira com HP 12C e Excel
2/5 a 4/6 | Carga horária: 30 horas. 18h30 às 21h30 | segundas e quartas
Prof. Raul Murilo Chaves Curvo

Perícia Econômica
12/6 a 13/11 | Carga horária: 69 horas. 18h30 às 21h30 | terças
Prof. Roque Licks

BALANÇO PATRIMONIAL

| ATIVO (EM R\$) | | | PASSIVO (EM R\$) | | |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| REFERÊNCIAS | JAN A DEZ/16 | JAN A DEZ/17 | REFERÊNCIAS | JAN A DEZ/16 | JAN A DEZ/17 |
| ATIVO FINANCEIRO | 6.486.790,65 | 6.588.177,09 | PASSIVO FINANCEIRO | 114.347,61 | 15.137,59 |
| DISPONÍVEL | 158.897,00 | 55.211,80 | RESTOS A PAGAR | 25.747,37 | 9.156,07 |
| DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA | 6.271.096,26 | 6.465.177,76 | DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 11.316,09 | 49,90 |
| REALIZÁVEL | 16.269,45 | 25.638,68 | CONSIGNAÇÕES | 11.687,89 | - |
| RESULTADO PENDENTE | 40.527,94 | 42.148,85 | CREDORES DA ENTIDADE | - | - |
| ATIVO PERMANENTE | 24.557.269,88 | 26.593.581,87 | ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS | 65.596,26 | 5.931,62 |
| BENS PATRIMONIAIS | 1.705.209,50 | 1.761.188,69 | RESULTADO PENDENTE | 230.088,84 | 247.462,72 |
| VALORES | 49.439,89 | 55.752,77 | | | |
| CRÉDITOS | 22.802.620,49 | 24.776.640,41 | PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO) | 30.699.624,08 | 32.919.158,65 |
| TOTAL GERAL | 31.044.060,53 | 33.181.758,96 | TOTAL GERAL | 31.044.060,53 | 33.181.758,96 |

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

| REFERÊNCIAS | PERÍODOS EM REAIS | | REFERÊNCIAS | VARIAÇÕES | |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------------|-------------------|------------|
| | JAN A DEZ/16 | JAN A DEZ/17 | | (EM R\$) | (EM %) |
| RECEITAS | | | RECEITAS | | |
| ANUIDADES | 4.271.163,20 | 4.142.591,10 | ANUIDADES | (128.572,10) | -3,0 |
| PATRIMONIAL | 451.989,73 | 829.237,54 | PATRIMONIAL | 377.247,81 | 83,5 |
| SERVIÇOS | 134.998,96 | 111.697,49 | SERVIÇOS | (23.301,47) | -17,3 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 35.000,00 | - | | | |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 19.387,42 | 11.975,63 | MULTAS E JUROS DE MORA | (7.411,79) | - |
| DÍVIDA ATIVA | 394.042,87 | 824.628,75 | DÍVIDA ATIVA | 430.585,88 | 109,3 |
| DIVERSAS | 506.044,51 | 282.583,48 | DIVERSAS | (223.461,03) | -44,2 |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | RECEITAS DE CAPITAL | - | - |
| TOTAL GERAL | 5.812.626,69 | 6.202.713,99 | TOTAL GERAL | 390.087,30 | 6,7 |
| DESPESAS | | | DESPESAS | | |
| DE CUSTEIO | 4.694.100,18 | 4.879.710,24 | DE CUSTEIO | 185.610,06 | 4,0 |
| PESSOAL | 2.651.867,13 | 2.551.502,97 | PESSOAL | (100.364,16) | -3,8 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 69.511,51 | 51.750,17 | MATERIAL DE CONSUMO | (17.761,34) | -25,6 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS | 1.972.721,54 | 2.276.457,10 | SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS | 303.735,56 | 15,4 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 1.057.766,61 | 1.069.777,95 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 12.011,34 | 1,1 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 27.149,04 | 70.003,22 | DESPESAS DE CAPITAL | 42.854,18 | 157,8 |
| TOTAL GERAL | 5.779.015,83 | 6.019.491,41 | TOTAL GERAL | 240.475,58 | 4,2 |

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção "atualização cadastral" (na barra superior).
- 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0131.
- 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.